

Percursos em relação: religião e política em contextos do Rio de Janeiro

Patricia Birman
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Primeiros passos

A imagem mais forte da minha experiência religiosa foi a da primeira comunhão. Estava morando com a família em Natal, RN, e estudava em um colégio de freiras, bem conservador, aliás. A freira explicava para nós as escolhas de vida que teríamos: casar ou servir a Deus, como ela e as irmãs testemunhavam. Ainda que levasse a sério o que diziam com uma certa perplexidade, aliás, francamente, não me senti concernida. No dia da minha primeira comunhão, estava vestida de branco, com um pequeno véu na cabeça, e, através do olhar sorridente e um tanto irônico de meu pai, distante da religião, vivi um sentimento de adesão feliz ao catolicismo. Pois bem, essa bagagem perdeu o seu valor como alimento religioso quando voltei a morar no Rio de Janeiro.

Do lado paterno, com efeito, herdei os vínculos que, no passado, seus irmãos tiveram com o partido comunista. Meu pai, que sempre se posicionou como um “progressista” ateu, não seguiu o mesmo percurso, mas foi solidário, ainda que crítico, a esses irmãos excessivamente apaixonados e depois profundamente desapontados com o comunismo, a partir do relatório Krushev, responsável pela desestalinização da antiga União Soviética. Do lado materno, fui educada convivendo com o valor positivo da racionalidade científica. Minha mãe matizou a sua formação católica de origem

pelo trabalho como professora de matemática. Deus, um dia ela explicou-me, só existiria como “arquiteto” do universo — o que mais tarde entendi como sendo o sistema estruturante do mundo que as ciências da física e da matemática poderiam, talvez, deslindar. Na adolescência, interessei-me pelo marxismo e participei de um grupo de estudo com meus jovens amigos. Olhava os integrantes masculinos do grupo com grande admiração. Eles usufruíam de uma liberdade de afirmar, de oferecer certezas que me embasbacavam. Não tive na juventude nenhum suspiro feminista.

Elos e pessoas

E a religião? Como vocês podem perceber, no meu passado, essa não chegou a existir a não ser como contraponto às luzes em uma visão, digamos, “clássica”, da modernidade. No Programa de Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS), tive a minha iniciação e formação em Antropologia, o que resultou, como era de se esperar, em um aprendizado do relativismo inseparável das matrizes teóricas da Antropologia.

A participação no Grupo de Estudos sobre o Catolicismo, do ISER, sob a coordenação de Pierre Sanchis, permitiu-me ter contato com os grandes antropólogos e sociólogos da religião no Brasil. Pierre criou uma dinâmica de trocas baseada em conversas que incentivavam a expressão de uma multiplicidade de interesses e de formações nos estudos da religião. Em 1992, publicou uma coletânea, *Catolicismo: modernidade e tradição*, em três volumes que expressava, a me ver, o *estado das artes* dos estudos da religião no Brasil.

No início dos anos 1990, não se considerava a presença, em solo nacional, de fraturas religiosas significativas, embora estas já se revelassem em muitos setores populares. O crescimento dos evangélicos não foi, de modo geral, percebido como uma fonte de ruptura, por vezes violenta, com

a hegemonia católica, como posteriormente constatou-se.¹ Uma das discussões mais envolventes nesse grupo versou sobre o sincretismo, questão candente na antevéspera das rupturas pentecostais naquele que foi considerado “o maior país católico do mundo”. *O chute na Santa*, evento televisivo de grande repercussão, analisado na excelente tese de Emerson Giumbelli (2002), fez parte da nossa compreensão de um momento chave na transformação do campo religioso.

Nos anos 1990, configurou-se o que, hoje, se encontra consolidado: os *evangélicos* encontram-se disseminados na sociedade e com forte presença no Congresso Nacional e na mídia. Chamo a atenção para o que seria inconcebível no final do século passado: articulações políticas e midiáticas dos evangélicos como uma força política decisiva nos rumos do país.

A minha trajetória naturalmente não se dissocia desses contextos, com *Fazer estilo, criando gêneros*, tese de doutorado defendida em 1988, orientada por Peter Fry, que produziu textos seminais comparando os cultos umbandistas ao protestantismo além de seus trabalhos sobre homossexualidade no Brasil (1977; 1982; 1991). Creio que seria mais difícil – mas não impossível – iniciá-la nessa segunda década do século XXI, considerando o “campo minado” (Menezes, 2023) das favelas e periferias urbanas, bem como as tensões políticas e religiosas que atravessam esses territórios.

O religioso e suas tramas

Os meus trabalhos de pesquisa tenderam a explorar a religião como um tema *em relação*. Observo que essa perspectiva já se encontrava na tese de doutorado, onde relaciono religião e gênero, e afirmou-se em outros trabalhos de pesquisa que articulam religião a territorialidades periféricas.

1 Chamo a atenção para o trabalho pioneiro de Regina Novaes (1985), *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*.

Na coletânea *Religião e espaço público*, que organizei, meu intuito foi explorar o religioso em relação com outros domínios sociais. Como escrevi na sua apresentação (2003, p. 11):

A nossa ambição neste livro não se esgota no estudo dos religiosos, ou das religiões nelas próprias, mas no diálogo, na dinâmica e nos confrontos em que temas, procedimentos e identidades considerados como tais se integram na configuração tanto do que se designa como “religião” na sociedade quanto do espaço público em que essas dinâmicas acontecem.

Foi em 2004 que Marcia da Silva Pereira Leite e eu, com base em uma pesquisa que realizamos juntas, organizamos a coletânea *Mural para a dor*, editada pela UFRGS. Esse livro, bem diverso do anterior, tomou como eixo as manifestações de protesto contra a violência e as mortes nas favelas, promovidas pela política de extermínio do governo do estado. Não é uma coletânea sobre “religião”, mas esta integrou de formas variadas o *Mural para a dor*: como rituais, como homenagens aos mortos, como orações e velas acesas e por meio da diversidade de igrejas presentes, como a preeminência da Igreja Católica. Mas sobretudo por meio da articulação entre projetos de pacificação, violência e política na cidade do Rio de Janeiro (Birman, 2003)

Os estudos da religião foram, assim, vinculados à análise de situações conflitivas, particularmente aquelas que atingem os moradores das “margens” (Das; Poole, 2004). Relações de poder, violência, soberania e Estado foram exploradas em diferentes trabalhos de campo. Na Ilha Grande, em uma comunidade evangélica, pude explorar a existência de um vilarejo que se constituía por meio de um governo religioso, articulado ao município, o que possibilitava à Igreja Evangélica exercer um amplo controle sobre o conjunto de moradores (Birman, 2003).² Esse caso é significativo para pensar as articulações as mais inesperadas que dão lugar a certas formas de

2 Agradeço à equipe de estudantes que participou dessa pesquisa: André Bakker, Vicente Cretton e Natânia Lopes. Conteí com imensa colaboração de Marc Henri Piault.

governabilidade que revelam configurações bem localizadas entre religião e governo. Em lugares no passado que eram descritos associando a Igreja Católica e a sua elite, vê-se uma mudança significativa nessas relações de poder. Essa equação mudou: não se pode supor que seja a mesma composição da elite e tampouco que esta seja do mesmo extrato social quando do domínio católico. As mudanças nas adesões religiosas indicam mudanças fundamentais na sociedade.

Nas margens do Estado

Certas questões sociais têm estimulado minhas reflexões. Particularmente a situação de violência nas favelas e periferias pobres do Rio de Janeiro opera como uma incitação a ideias e projetos. De fato, estou longe de perder a perplexidade diante de uma cidade que faz do extermínio permanente dos moradores de favela um acontecimento natural e aceitável. Na análise de diferentes situações, procurei, em colaboração com algumas colegas, demonstrar o quanto os contextos sociais e políticos são complexos e difíceis de deslindar. As zonas de poder e seus emaranhados turvam suas fronteiras por meio de figurações diversas em relações ambivalentes. No Rio de Janeiro, exploramos as relações dos moradores das ocupações no Rio de Janeiro e as várias faces do governo dos pobres. Em conjunto com Adriana Fernandes (2020) e Camila Pierobon (2018), exploramos esses lugares de tensão na cidade atravessados por indeterminação e opacidade. Reproduzo aqui uma observação retirada de um artigo coletivo (Birman; Fernandes; Pierobon, 2014):

Emerge da observação e das atividades de nossos interlocutores um emaranhado de práticas, de grupos de atores e de formas de pertencimento que se sobrepõe, se conflita e se associa. Assim, muitas das situações que perfazem esse contexto produzem efeitos que envolvem diferentes graus de opacidade, contradição e indeterminação. A nossa tentativa de clarificar esse emaranhado começa, pois, por reconhecer que não é possível separar as

linhas de uma racionalidade subjacente desses efeitos de opacidade, contradição e indeterminação. Essa trama de forças faz parte das formas de governança que buscamos analisar. Há uma opacidade que engendra, nos termos de Veena Das, uma ilegitimidade (2004) ordinária sobre o que se passa nos planos e nas práticas governamentais.

Continuo, com variações, no âmbito dessa escolha que compreendo como o exercício de uma Antropologia política. Não só busquei as formas de analisar o quanto a religião e as expressões religiosas entremeiam-se com as atividades sociais e governamentais em jogos de poder e de influência, como também tentei explorar o que designamos como *emaranhados*, isto é, dinâmicas que revelam interseções entre diferentes poderes e, assim, apontam para a indeterminação e a ilegitimidade de seus efeitos sociais e políticos na vida das populações urbanas. Foram importantes nessa direção as pesquisas sobre *ocupações urbanas* no Rio de Janeiro, desenvolvidas em conjunto com Adriana Fernandes (2020) e Camila Pierobon (2018). O trabalho de Veena Das (2004) abriu um caminho promissor com a noção de *margens do Estado* que foram articuladas com as suas noções de *ilegitimidade* e *indeterminação* para entendermos os múltiplos fluxos e efeitos das práticas governamentais.

Mediações e seus horizontes

Um dado pessoal importante: nasci e moro no Rio de Janeiro. Viver em uma cidade que pratica o extermínio sistemático dos moradores de favela tem, para mim, um efeito subjetivo inegável. Não se tratava de “relativizar” esse absurdo, mas de considerá-lo como uma questão que me envolvia e me provocava uma indignação permanente, que, aliás, não cessou. Foi aqui que o combate ao tráfico de drogas transformou-se em uma “guerra” de alto poder mortífero, atingindo os moradores dos morros da cidade. O Rio de Janeiro tem feito da repressão ao tráfico de drogas uma política de permanente produção de mortes nas suas favelas (Machado da Silva, 2008;

Leite, 2008). É de alguma forma surpreendente para mim e, na verdade, não canso de me espantar com o fato de sua população conviver de modo naturalizado com o extermínio cotidiano provocado nessa “guerra” (Birman, 2008; Menezes, 2023). Quais são os dispositivos políticos, sociais e morais que elaboram um certo apagamento dessa tragédia, dando um lugar a uma percepção particularmente seletiva da vida urbana? Exploramos o processo de violência sobre a população das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Chamamos a atenção para a ideia de *cercos* (Birman; Leite, 2018). A ideia de *cercos* (Machado, 2008) sugere uma forma de contenção violenta das possibilidades de vida que limita gravemente a vida dos pobres urbanos no Rio.

Tenho dedicado-me, sobretudo, a perceber a positividade que emana dessas políticas estatais. Em suma, parece-me fundamental estudar a elaboração de certos *personagens de fronteira*, de certas formas de hierarquia social e política e de modos de subjetivação que acompanham as condutas tanto de atores do Estado quanto de moradores dessas zonas dos “indesejáveis” na cidade. As tentativas de melhor compreender operações de fronteira levaram-me a pesquisar práticas institucionais de *mediação*. No meu projeto atual, direcionei a investigação sobre instituições que fazem mediações entre famílias, crianças e governo do estado. Enfatizei em um trabalho de equipe³ o papel dos conselheiros tutelares, responsáveis por zelar pelas crianças como *sujeitos de direitos*. Trata-se da instituição encarregada de mediar os serviços da burocracia estatal e as famílias oriundas, principalmente, das periferias e favelas das cidades. Entre serviços públicos ineficazes e situações sociais precárias, estão situados os diretores de escolas, os conselheiros tutelares, um conjunto de *funcionários públicos* sujeitos a formas variadas de pressão. A análise de suas dificuldades e de seus testemunhos está possibilitando-nos compreender melhor os dispositivos de regulação do Estado relativos à pobreza urbana.

3 Agradeço aos estudantes e colegas que participam e/ou já participaram dessa pesquisa: Adriana Fernandes, Thiago Rabelo, Cleiton Maia, Jade Novaes, João Pedro Dutra.

Fazer esse pequeno quadro da minha trajetória mostrou-se um tanto difícil porque, com esta narrativa, “amarrei” diferentes momentos sem me deter às hesitações e dúvidas que me acompanharam. Preferi aqui as linhas com poucas curvas e embaraços. Nuançá-las, e abrir espaço para os descaminhos e crises pessoais, no entanto, seria apresentar mais a vida e seus imensos percalços do que privilegiar alguns temas de interesse mais claramente acadêmicos.

A grande maioria dos meus trabalhos foi produzida em equipe. Destaco aqui uma rede/grupo de pesquisa que tem sido uma referência fundamental ao longo dos anos, Distúrbio (Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências), coordenado em conjunto com Carly Machado.⁴ Pude contar com excelentes companhias. Sou muito grata às pessoas com as quais compartilhei os momentos mais significativos desse percurso.

Referências Bibliográficas

BIRMAN, Patricia. Modos periféricos de crença. In: SANCHIS, P. (Org.). *Catolicismo: Unidade religiosa e pluralismo cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

----- . *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.

----- . Imagens religiosas e projetos para o futuro. In: (org) BIRMAN, P. (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, 2003.

----- . Movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. *Um mural para a dor*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

-----; LEITE, Márcia Pereira (Orgs.). *Um mural para a dor. Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

4 A rede Distúrbio nasceu inicialmente da participação em um GT sobre periferias da ANPOCS. Foram muitos os nossos encontros, sempre direcionados às questões relacionadas às periferias urbanas, suas práticas e transformações. A participação de Cibele Risek, Edson Miagusko, Márcia Leite, Adriana Fernandes, Joana Barros, Sandra de Sá Carneiro e Mariana Côrtes tem sido fundamental.

_____. Favela é comunidade? In: MACHADO da SILVA, L. A. (Org.). *Vidas sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Memória, política e gestão religiosa do espaço. In: MAFRA, C.; ALMEIDA, R. (Orgs). *Religiões e cidades*. Rio de Janeiro; São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

_____; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, 2012.

_____; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, Estado e precariedades em moradias populares. *Mana*, 20 (3), 2014.

_____. Ocupações e territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In: BIRMAN, P; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____; LEITE, Márcia Pereira. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização de seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) periferias. In: BARROS, J.; BÓ da COSTA; RIZEK, C. (Orgs.). *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. USP/IAU, 2018.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research Press, 2004.

FERNANDES, Adriana. *Escuta Ocupação: uma etnografia*. São Paulo: Alameda, 2020.

FRY, Peter; HOW, Gary. Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo. *Debate e Crítica*, 6, p. 75–94, 1975.

_____. Mediunidade e sexualidade. *Religião e Sociedade*, n. 1, p. 105–24, 1977.

_____. *Para inglês ver: identidade e política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____; e MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Primeiros Passos, 1991.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião. Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar, 2002.

MACHADO, Carly. É muita mistura. Projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, v. 33, 2013.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade. In: Machado da Silva, L. A. (Org.). *Vidas sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). *Vidas sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MENEZES, Palloma. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: a “pacificação” nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, PPCIS/ UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

Sanchis, Pierre. (Org.). *Catolicismo: modernidade e tradição*. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Loyola, 1992.